

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 998.586 - AL (2016/0268976-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : MUNICIPIO DE BELO MONTE
ADVOGADOS : BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI - PE019353
HENRIQUE CARVALHO DE ARAUJO E OUTRO(S) - AL006639
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **MUNICÍPIO DE BELO MONTE** contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 644/647, em que dei provimento ao recurso especial interposto pela União, com base em recurso repetitivo sobre o tema em discussão, julgado pela Primeira Seção.

A parte embargante aponta a existência de omissão na decisão, sustentando a possibilidade de retenção dos honorários advocatícios sobre a parcela do precatório relativa aos juros moratórios.

Afirma, ainda, que é necessária a modulação dos efeitos do recurso repetitivo citado.

Requer, alternativamente, o sobrestamento do feito até a publicação do julgamento do Resp 1.703.697/PE.

Impugnação apresentada.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão.

In casu, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

As omissões invocadas pela parte embargante manifestam o seu inconformismo com o *decisum* embargado e renovam os argumentos antes suscitados, sendo certo que eventual reforma do julgado não condiz com a natureza integrativa dos aclaratórios.

Nesse sentido, transcrevo precedente desta Corte Superior:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA.

IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra Diva Malerbi, Desembargadora Convocada TRF 3ª REGIÃO, Primeira Seção, julgado em 24/02/2016, DJe 04/03/2016).

Por fim, advirto a parte que a interposição de agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

